

O CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL

THE SOUTH AMERICAN DEFENSE COUNCIL IN THE PROCESS OF INTEGRATION

ALICE LOPES DUARTE¹

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

E-mail: alice_duarte95@yahoo.com.br

Resumo: Com o surgimento da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), no âmbito de integração regional da América do Sul, criou-se, também, o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). O CDS tem como objetivos: integrar as forças de defesa sul-americanas e projetar o subcontinente como zona de paz. Pretende-se averiguar, então, a efetividade desse conselho e os motivos pelos quais este é uma relação exitosa ou não. Para isso, analisarei o Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano, além de artigos de estudiosos em defesa e relações internacionais. Conclui-se que o CDS ainda não tem a efetividade que propõe, porém é possível que, em breve, chegue a alcançar suas metas.

Palavras-chave: Defesa; UNASUL; América do Sul

Abstract: *With the emergence of the Union of South American Nations (UNASUR), as part of regional integration in South America, too, is created the Board of the South American Defense (CDS). The CDS aims are: to integrate the forces of South American defense and design the subcontinent as a zone of peace. It is intended, therefore, to ascertain the effectiveness of this council and the reasons why it is a successful relationship or not. For this, I will analyze the Statute of the Council of the South American Defense, as well as articles from scholars in defense and international relations. Then it is concluded that the CDS does not have the effectiveness that proposes, however it is possible that soon, come to achieve their goals.*

Keywords: Defense; UNASUR; South America

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Introdução

O fim da Guerra Fria, a supremacia norte-americana e o esboço de um mundo unipolar, no início da década de 1990, forçaram os países em desenvolvimento a buscarem mecanismos alternativos de crescimento dentro da Sociedade Internacional. Um dos principais mecanismos foi a criação de blocos de integração regional. Tal processo visa à ampliação nas ligações entre países de um continente ou região, nas esferas política, econômica e jurídica, objetivando o desenvolvimento mútuo e contínuo de todos os Estados-membros. Esta é a maior dificuldade de qualquer integração, já que há países mais desenvolvidos e outros menos desenvolvidos em qualquer região (DREGER, 2009).

Existem, em todos os continentes, diversos exemplos de integração, como: a União Europeia, na Europa; a União Africana, na África; e a ASEAN, no leste asiático (ABDUL-HAK, 2013). Na América do Sul, no entanto, o processo de integração se intensificou nos anos 2000, embora já tenha havido alguns ensaios a partir da década de 1960, com a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC), passando, também, pela Associação Latino Americana de Integração (ALADI), na década de 1980. No final do século XX e início do século XXI, no entanto, a integração dos países sul-americanos se acentuou, principalmente com o surgimento, em 1991, do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) - do qual participam a Argentina, o Brasil, o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela² - e, em 2008, da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) - que conta com a adesão de todos os países da América do Sul.

A área de defesa, na política externa e interna dos países, geralmente é administrada com atenção, sabendo-se das possíveis ameaças que o país possa sofrer. A cooperação em defesa tornou-se mais comum a partir do surgimento do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)³ e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)⁴. Segundo Abdul-Hak,

[a] cooperação em defesa consiste na coordenação e no ajuste recíproco das políticas de dois ou mais Estados com relação à ameaça, ao uso e ao controle da força nas relações interestatais. Pressupõe que cada parte modifique seu comportamento em

² Ingressou no MERCOSUL em 2012.

³ Assinado em 1947, por países americanos para garantir a segurança do continente.

⁴ Formado em 1949 e que, até a década de 1990, era considerada algo restrito aos países do hemisfério norte.

função de mudanças no comportamento do outro. Contrasta, portanto, com o conflito ou a concorrência, em que os Estados buscam maximizar seus ganhos em detrimento dos demais, e com o unilateralismo, que pressupõe indiferença do ator estatal com os efeitos de seus atos sobre terceiros. (2013: 25)

Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos sugeriram aos países da América do Sul que não investissem em defesa – que tivessem apenas o básico para garantir sua segurança – já que tinham a sua proteção para qualquer eventual ataque que sofressem. Além disso, foi proposta, também pelos Estados Unidos, a criação de uma força Pan-Americana para defender o continente de maneira hemisférica. Entretanto, os sul-americanos perceberam, com o passar do tempo, que havia a real necessidade de se investir no setor defensivo e que, então, seria ainda melhor se pudessem partilhar suas experiências com os países vizinhos, uma vez que, no atual momento, quase não existem conflitos bélicos entre os países da América do Sul (ABDUL-HAK, 2013).

Assim, interligando-se os conceitos de integração regional e cooperação em defesa, foi arquitetado, dentro do âmbito da UNASUL, o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Esta proposta brasileira objetivava estabilizar as relações interestatais e integrar a América do Sul nos mais diversos âmbitos (DREGER, 2009). Há, no entanto, alguns desafios para a real efetividade do CDS, como o conflito interno que ocorre na Colômbia e que, por vezes, acaba por estender-se até os países vizinhos – principalmente a Venezuela e o Equador. Também a crise na Bolívia, além de uma possível corrida armamentista no nosso continente e dos tratados militares entre a Colômbia e os Estados Unidos. O Brasil, como projetista do CDS, já demonstra interesse nessa cooperação, além de se notabilizar como líder da UNASUL, mantém a reputação de país cooperativo (AMUSQUIVAR, 2013).

O presente artigo se dividirá em três seções principais. A primeira versa sobre a criação do CDS, a segunda disserta sobre os desafios para a sua consolidação e a última discorre sobre os principais interesses brasileiros na criação desse conselho. Pretende-se analisar as condições de criação do CDS, verificar os desafios para a eficácia e a real efetividade desse conselho, além dos principais motivos pelos quais essa efetividade foi ou não confirmada.

A criação do Conselho de Defesa Sul-Americano

A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) teve seu tratado constitutivo assinado pelos doze países da América do Sul no ano de 2008. Porém, somente em 2011 atingiu-se o número mínimo de ratificações, tornando a união assim vigente. Segundo o Tratado Constitutivo da

RICRI Vol.2, No. 3, pp. 38-50

UNASUL, o principal objetivo desta entidade com personalidade jurídica internacional é: “[...] construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos [...]”. A UNASUL é uma proposta de integração de cunho principalmente político – diferentemente dos outros blocos conhecidos, que tem o setor econômico como o principal motivo da integração – e teve, no momento de sua criação, duas lideranças principais que argumentaram pela criação da instituição: a Venezuela, de Hugo Chávez, com sua ideologia bolivarianista, que pretendia unificar toda a América do Sul; e o Brasil, de Luiz Inácio Lula da Silva, que buscava, através da diplomacia cautelosa e baseada no desenvolvimento econômico, uma maior integração entre os países sul-americanos (SERBIN, 2009). Existem quatro órgãos que são pertencentes à UNASUL: o Conselho de Chefes e Chefes de Estado; o Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores; o Conselho de Delegadas e Delegados; e a Secretaria Geral (SERBIN, 2009).

Os países que compõem a UNASUL são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Grande parte desses países, no início do século XXI, começou a contestar a real efetividade dos governos neoliberais de alinhamento automático com os Estados Unidos. A política da Doutrina Monroe – América para os americanos, ou seja, a América do Sul como área de influência dos Estados Unidos – já não era tão efetiva. Governos de centro-esquerda ascenderam ao poder em diversos dos países anteriormente citados – pode-se citar Hugo Chávez, na Venezuela; Lula da Silva, no Brasil; Evo Morales, na Bolívia; Néstor Kirchner, na Argentina; e Tabaré Vázquez, no Uruguai – e a presença desses no governo foi uma das principais causas da efetivação da UNASUL. Esse tipo de instituição é deveras importante para o desenvolvimento do subcontinente sul-americano, posto que, apesar das divergências entre os países, há interesses, valores e expectativas comuns que podem se sobrepor a essas (BARNABÉ, 2011).

Dentro da UNASUL, mais precisamente ligado ao Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, foi criado o Conselho de Defesa Sul-Americano, uma proposta do Brasil para fomentar a cooperação regional sobre defesa. Seria, pois, esse conselho, baseado em valores comuns aos sul-americanos, tais como: a autodeterminação dos povos, a soberania nacional, integridade territorial, princípio de não intervenção e a prevalência dos Direitos Humanos. Os principais objetivos do CDS, propostos em seu estatuto são: consolidar a América do Sul como zona de paz, contribuindo para o desenvolvimento dos povos e para a

RICRI Vol.2, No. 1, pp.38-50

manutenção da democracia, construir uma unidade sul-americana em matéria de defesa, compartilhando experiências, além do possível envio de pessoal para treinamento militar em algum dos Estados-membros, ademais ajuda a fortalecer a cooperação regional como um todo, mas mais especificamente na área de defesa (UNASUL, 2008). Além disso, havia a intenção da criação de uma indústria bélica sul-americana, que ainda é muito incipiente, mas que no aspecto da defesa nacional, é considerado uma das coisas mais fundamentais, já que a importação de armamentos se torna muito onerosa (MORAES e NASSER, 2014).

O Ministro da Defesa da época das negociações para a formação do CDS, Nelson Jobim, começou algo que ele mesmo intitulou de *diplomacia militar*, estabelecendo contatos bilaterais com todos os países sul-americanos, para o real estabelecimento do conselho, que considerava de exímia importância para a América do Sul. Muitos dos países foram simpáticos às ideias, com exceção do presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, que tinha ligações fortes com os Estados Unidos e temia que, caso o CDS fosse constituído, a Organização dos Estados Americanos (OEA)⁵ perdesse sua real efetividade. Após análises, a Colômbia decidiu revogar sua antiga opinião, emitindo uma nota oficial expressando que gostaria de integrar o Conselho de Defesa Sul-Americano. Como as decisões do CDS não têm caráter mandatório, mas voluntarista, se torna mais simples a participação no conselho, já que não é necessário seguir tudo o que é colocado. Foi, então, aprovada a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, em 2008 (DREGER, 2009). Apesar de ter sido criado formalmente, o CDS ainda deve perpassar por diversos desafios para, então, se consolidar efetivamente.

Desafios para a consolidação

Além dos contrastes nos investimentos em defesa, os países sul-americanos ainda têm algumas barreiras a ultrapassar, caso desejem a real efetividade do Conselho de Defesa Sul-Americano. As questões citadas anteriormente, sobre a consolidação de fronteiras, tráfico de drogas, crises internas e a possível penetração dos Estados Unidos na América do Sul são problemas que precisam de soluções, tanto no âmbito da UNASUL ou, até mesmo, do próprio CDS, para que o conselho possa, de fato, terminar com as desconfianças entre os Estados – já que um dos objetivos do CDS é a transparência dos gastos militares – e auxiliar no próprio desenvolvimento interno dos países, evitando insurgências e guerrilhas.

⁵ Organização criada pelos EUA, em 1948, para garantir sua hegemonia nas Américas.

O primeiro grande desafio para o CDS é que os países se desenvolveram “de costas” uns para os outros e, por isso, há uma grande dificuldade de interligações entre eles, principalmente para o escoamento de produtos. Isso gerou uma visão de que o “outro”, o “vizinho”, é sempre uma ameaça constante para a integridade do Estado. Até hoje persistem essas desconfianças mútuas entre os países da América do Sul, principalmente no que diz respeito à Colômbia, Venezuela e Equador, que já passaram por hostilidades por causa das fronteiras; e também a Bolívia, que perdeu sua saída para o mar e, até hoje, tenta recuperá-la frente ao Chile, que por sua vez, não quer perder o território conquistado. Além disso, como o subcontinente passou por uma época de ditaduras e só ao final do século XX retornou ao sistema democrático, há uma instabilidade política em muitos países, o que não favorece a continuidade de alguns tratados firmados com os vizinhos, por causa da mudança ideológica recorrente em seus governos (MORAES e NASSER, 2014).

Outra possível dificuldade à efetivação do CDS é uma provável fissura no sistema de cooperação militar interamericano, definido por Abdul-Hak como “[...] um arranjo institucional caracterizado pela assimetria, que permitiu que os EUA se voltassem com frequência para a coerção na defesa de seus interesses regionais” (Abdul-Hak, 2013: 156). Assim, a criação do CDS não redefiniu somente os interesses dos países da América do Sul, mas também remanejou a influência americana na região, assim como seu monopólio do uso da força em nosso continente. Para os momentos de crise ou conflito, só havia a OEA para mediá-los, o que se mostrou ineficiente no ataque colombiano a Angostura⁶, e em questões separatistas da Bolívia. O imperialismo americano está em declínio no subcontinente sul-americano e a criação do CDS fortalece ainda mais essa decaída (ABDUL-HAK, 2013).

Mais um grande obstáculo é a diferença ideológica gritante entre a Colômbia e os demais países da América do Sul, principalmente a Venezuela. Os colombianos tiveram, quase sempre, apoio norte-americano, principalmente depois que governos de centro-esquerda assumiram o poder em diversos Estados sul-americanos. Em julho de 2009, foi revelado um tratado de cooperação militar que a Colômbia firmou com os Estados Unidos, que dava acesso a cerca de 800 militares e 600 civis americanos à base americana em solo colombiano. Isso afetou a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, já que quase todos os outros países do subcontinente expressaram seu descontentamento em relação a esse tratado. A justificativa

⁶ Local na fronteira colombiana com o Equador, que a Colômbia atacou por julgar que havia guerrilheiros das FARC no local.

colombiana, por sua vez, foi a de que a presença americana em seu território ajudaria no combate às plantações de coca, ao narcotráfico e ao terrorismo. Ficou acordado, então, no âmbito do CDS, que qualquer tratado bilateral de cunho militar que um dos países-membros assinasse, deveria ser submetido à análise do conselho. Além dessa questão com os Estados Unidos, a Colômbia iniciou hostilidades com a Venezuela, acusando-a de abrigar “terroristas” das FARC. Foram elaboradas, a partir dessa suspeita, cinco medidas para maior confiabilidade entre os países vizinhos: intercâmbio de informações e aumento da transparência sobre as defesas nacionais; notificação sobre qualquer atividade militar; cooperação em questões primordiais para o a região, tais como o tráfico de drogas e de armas; proibição do uso da força e de qualquer ameaça à estabilidade dos Estados; e, por último, a verificação do cumprimento das obrigações. A Colômbia, contudo, ainda continua isolada dos demais países da América do Sul, o que prejudica bastante a manutenção do conselho (ABDUL-HAK, 2013).

Outra barreira a ser superada diz respeito às instabilidades internas de alguns países, tais como a Venezuela, o Equador e a Bolívia. Essas nações tiveram novos grupos sociais que ascenderam ao poder e os antigos detentores da supremacia governamental – as elites – não ficaram satisfeitas com isso. Destaca-se, nesse caso, a Bolívia, que, em 2007, elegeu Evo Morales como o primeiro presidente de origem indígena do país. Com a chegada ao poder, Evo intensificou as políticas para os indígenas em seu país, causando um enorme desagrado nas elites ligadas aos recursos energéticos, que iniciaram um movimento separatista. O caso foi discutido em uma Cúpula da UNASUL, sediada em Santiago, no Chile, e foi determinado que, caso necessário, haveria uma intervenção na Bolívia, e a partir do CDS, não por parte dos Estados Unidos ou da OEA. Foi um primeiro passo para a real efetivação do CDS porque, por mais que haja oscilações internas, percebe-se que a América do Sul pode ter uma integração regional legítima em matéria de defesa (DREGER, 2009).

Uma possível corrida armamentista na América do Sul também se configura como um empecilho para o funcionamento ideal do CDS. A Venezuela comprou da Rússia 24 caças, além de ambas terem estabelecido um contrato para que a Rússia instalasse, em território venezuelano, uma fábrica de armas – repassando as técnicas de produção, além de vender mais de 100 mil fuzis. O Brasil, além de comprar 36 caças supersônicos, comprou a tecnologia para poder produzi-los internamente; adquiriu helicópteros e submarinos, gastando

cerca de 28 bilhões de reais. A Colômbia, a partir do Plano Colômbia⁷, iniciou seu processo de militarização, na tentativa de desarticular as FARC e diminuir a produção e venda de cocaína. Esses fatos confrontam com o passado teoricamente pacífico do subcontinente, que é a região que menos investe em poder bélico, mas, com a criação do CDS, a transferência de tecnologia de defesa tende a aumentar os números investidos no setor militar, além de aumentar a confiança entre os países (NUÑEZ, 2012).

Há, também, o medo de possíveis interesses imperialistas por parte do Brasil na América do Sul. Teme-se que o CDS seja uma plataforma para a exportação dos interesses militares brasileiros, e não busque a real integração do subcontinente em si, mas apenas sua projeção mundial (MORAES e NASSER, 2014). A partir disso, podem-se delinear quais são os interesses brasileiros com a criação do CDS e se há imperialismo ou liderança por parte do país.

Interesses brasileiros no CDS

O Brasil, na América do Sul, possui certas assimetrias que possivelmente o auxiliaram a ser a maior liderança regional: 48% do território do subcontinente, 50% da população, 48% da água potável e 45% das terras agriculturáveis. Com sua grande influência, o Brasil propôs a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, conseqüentemente, o país possui interesses no fortalecimento do mesmo, mas muitas dessas ambições, contudo, não são egoístas, já que são interesses comuns com os demais países do subcontinente. (ABDUL-HAK, 2013).

Um dos principais esforços do Brasil, com a criação do CDS, era o fim da grande influência americana na nossa região. O conselho trás uma maior autonomia, não só para o Brasil, como para todo o subcontinente. O aumento da independência da América do Sul, principalmente em termos militares, elevou o reconhecimento dos outros países em relação a nós, sul-americanos. Aumentar a capacidade militar, entretanto, não significa que os países desejam ingressar em conflitos, mas sim que os mesmos têm a capacidade de se defenderem em caso de um eventual ataque externo. Outro dos objetivos brasileiros com a criação do CDS é o de evidenciar que o subcontinente sul-americano é uma zona de paz mundial, porque, além de

⁷ Criado pelos EUA em 2000, com os objetivos de combater o a produção de cocaína, o narcotráfico e as guerrilhas de esquerda (FARC).

melhorar a visão que o mundo tem de nós, se envolver em guerras leva, quase sempre, ao retrocesso econômico e à destruição da infraestrutura já criada nos países (NUÑEZ, 2012).

A proteção de recursos naturais, não só do Brasil, como de toda a América do Sul, também é uma das iniciativas brasileiras com a criação do CDS. O Brasil é um dos países do mundo com maior quantidade e diversidade de recursos naturais, tais como petróleo –principalmente a recente descoberta do pré-sal – água potável – além da abundância de rios que correm pelo país, ainda há o maior aquífero do planeta, o Aquífero Guarani, que também pertence a outros países sul-americanos – e a biodiversidade – tanto de fauna, quanto de flora – da Floresta Amazônica, que é alvo recorrente de muitos contrabandistas. Todo esse patrimônio natural brasileiro, assim como o dos demais países, deve ser protegido pelos sul-americanos; o que se torna mais simples com a criação do CDS, já que há, então, uma cooperação em que os Estado podem resguardar seus recursos conjuntamente (DREGER, 2009).

Cabe salientar ainda a diferença entre imperialismo e liderança. Enquanto no imperialismo o país impõe sua vontade aos demais, somente em benefício próprio; na liderança, a nação visa o máximo de benefícios para si e para os demais, buscando, na maioria das vezes, a maximização dos resultados, que nesse caso são em âmbito regional. O Brasil, como líder da região, precisa conseguir vantagens para si e para toda a América do Sul, e mesmo sabendo que esse seria o custo, batalhou pela integração regional sul-americana. É necessário para o país, no entanto, que os outros Estados o reconheçam como líder e queiram essa liderança; o que ainda não acontece totalmente, visto que quando o Brasil buscou junto às Nações Unidas, um assento como membro permanente do Conselho de Segurança, mas Argentina e a Colômbia se opuseram. O Brasil almeja, com a criação do CDS, o fim das desconfianças regionais, tanto entre os países andinos – nos quais a desconfiança é mais frequente, principalmente na Venezuela, Colômbia e Equador – quanto em relação à possibilidade de imperialismo brasileiro na região (AMUSQUIVAR, 2013).

O Brasil, no início dos anos 2000, não se preocupava muito com as questões de defesa e aumento das tecnologias militares e isso é usado como argumento de outros sul-americanos, que dizem não compreender o porquê desse interesse brasileiro repentino nas questões defensivas. Há, entretanto, uma explicação para o fato de o Brasil estar interessado em políticas de defesa. Em 1985, quando ocorreu o retorno à democracia, o principal objetivo do Brasil era político – consolidar as instituições democráticas. Depois das eleições livres e da

garantia de que o país não sofreria mais com ditaduras, veio a segunda prioridade para o Brasil: reorganizar e modernizar a economia. Com os dois mandatos de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002) e com o primeiro mandato do Presidente Lula da Silva (2003-2006), a economia brasileira se estabilizou e, então, outras prioridades puderam ser colocadas em pauta, tais como a inserção internacional do país e a modernização militar. Essas duas questões são totalmente pertinentes à insistência na criação da UNASUL e à sugestão do CDS por parte do Brasil. Ademais, a partir dos anos 2000, aumentou significativamente o número de multinacionais brasileiras na América do Sul e, com a estabilidade e integração do subcontinente, há mais possibilidade de lucro para essas empresas (NUÑEZ, 2012).

A consolidação do Brasil como líder regional está interligada com o fim das desconfianças entre os países sul-americanos e com os gastos brasileiros com questões militares, que estão aumentando. O CDS é uma forma sólida de o Brasil mostrar que seus projetos têm efetividade; evitando também o domínio dos Estados Unidos na região.

Considerações finais

O processo de integração na América do Sul se intensificou a partir do século XXI, principalmente, com a criação da UNASUL, a qual pertencem todos os países do subcontinente. Entretanto, esse processo vinha sendo quase que exclusivamente de caráter político e econômico, deixando em segundo plano as questões militares e defensivas. O Conselho de Defesa Sul-Americano foi criado, no âmbito da UNASUL, para fortalecer ainda mais os laços entre as nações e acentuar o desenvolvimento defensivo, tanto no plano interno, modernizando as Forças Armadas, quanto no plano externo, criando programas para a proteção de fronteiras e transferindo novas tecnologias para os vizinhos. O CDS é o primeiro programa de cooperação em defesa que busca desvencilhar a América do Sul das intervenções e influências estadunidenses.

As diferenças nas capacidades militares e investimentos em defesa dos países sul-americanos podem ser considerados tanto um ponto negativo quanto um ponto positivo. A questão negativa se refere ao emparelhamento dessas capacidades, no decorrer dos anos, que é bastante difícil, já que alguns países, como o Brasil e a Colômbia, gastam grandes quantias no setor militar, enquanto outros, como o Paraguai, não conseguem investir tanto nesse setor. A

questão positiva se refere à possibilidade de transferências tecnológicas – o que pode ser bastante vantajoso, já que o Chile, por exemplo, tem muita tecnologia de defesa para transferir, enquanto outros têm muito a se modernizar; e o monitoramento conjunto de questões polêmicas para diversos países, tais como o narcotráfico e o tráfico de armas – que são uma adversidade, não só para o Brasil, como para a Colômbia e para a Bolívia também. O CDS busca resolver, ademais, os problemas de desconfiança entre os sul-americanos, já que há um clima de hostilidades entre alguns países, como é o caso da Colômbia, que tem algumas rivalidades com a Venezuela e com o Equador.

Constatou-se, da mesma forma, que há diversos desafios para a consolidação do Conselho de Segurança Sul-Americano. O principal deles é a incansável presença norte-americana na América do Sul, uma vez que há muito tempo os Estados Unidos têm o monopólio do subcontinente, que é considerado, desde a época das guerras mundiais, como área de influência desses. É realmente difícil efetivar a saída dos americanos, principalmente quando há países – como a Colômbia – que insistem em fazer acordos militares com eles, permitindo a sua entrada em território colombiano. Os países sul-americanos, além disso, se desenvolveram sem o apoio uns dos outros; conscientizar a todos de que se pode ter um melhor desenvolvimento com cooperação e integração não é simples. A possível corrida armamentista que ocorre na América do Sul – em especial entre o Brasil, a Colômbia e a Venezuela – também é um obstáculo para a estabilização do CDS, uma vez que acentua as já citadas desconfianças entre os Estados.

Sobre os interesses brasileiros no CDS e na América do Sul, conclui-se que, de certa forma, não são imperialistas, já que buscam desenvolver não só a si próprio, como a todo o subcontinente. O Brasil busca se afirmar como líder regional, visando diminuir o domínio norte-americano na região; e também por isso sugeriu a criação do conselho, que tem como um dos objetivos principais amenizar o controle dos Estados Unidos na América do Sul. Há ainda a preocupação com a proteção dos recursos naturais presentes no subcontinente, não só os do Brasil (pré-sal, água e biodiversidade), mas também os do restante do continente, como o gás da Bolívia.

O Conselho de Defesa Sul-Americano, portanto, ainda não é tão efetivo quanto sua proposta original preconiza, contudo há algumas chances dessa efetividade ser consolidada. Os países e seus chefes de governo já perceberam que a integração e a cooperação em defesa são

deveras importantes para o desenvolvimento da região, o que favorece ainda mais o fortalecimento do CDS. Ainda que o subcontinente deseje ser visto como zona de paz mundial, os investimentos em defesa, principalmente no combate ao narcotráfico e à proteção dos recursos naturais, são vistos, atualmente, como necessários pelos Estados sul-americanos. Contudo, a competição e as disputas intra-regionais não podem ser ignoradas, já que são fatores preponderantes para o não funcionamento do CDS. A eficácia do conselho depende, no entanto, da continuidade da conscientização dos países de que a cooperação em defesa não é algo opcional para a região, mas sim algo indiscutível, e que contribui muito para o desenvolvimento – não apenas nacional, mas para o conjunto das nações sul-americanas – e do fim da concorrência entre os Estados da América do Sul.

Referência Bibliografia

ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves Tanaka. (2013), *O Conselho de Defesa Sul-Americano: Objetivos e Interesses do Brasil*. FUNAG, Brasília.

AMUSQUIVAR, Érika Laurinda. (2013), “A Estratégia Brasileira para o Conselho de Defesa Sul-Americano na UNASUL”. III Fórum Brasileiro de Pós Graduação em Ciência Política, Curitiba.

BARNABÉ, Israel Roberto. (2001), “UNASUL: desafios e importância política”. Mural Internacional. Ano II, vol. 1º, Jun-2011.

DREGER, Fabrício Brugali. (2009), *Integração na América do Sul: A UNASUL e o Conselho de Defesa Sul-Americano*. UFRGS, Porto Alegre.

MORAES, Rodrigo Francalossi de; NASSER, Reginaldo Mattar (org.). (2014), *O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul*. IPEA, Brasília.

NUÑEZ, Rami Marques. (2012), *Liderança Brasileira na UNASUL através do Conselho de Defesa Sul-Americano*. Holden: Recruiting Talents.

SERBIN, Andrés. (2009), “A América do Sul em um Mundo Multipolar: A UNASUL é a alternativa?” Revista Nueva Sociedad, Dez-2009.

RICRI Vol.2, No. 1, pp.38-50

UNASUL. (2008), 'Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL'. Santiago, 2008, http://funag.gov.br/loja/download/1051-Conselho_de_Defesa_Sul_Americano.pdf

UNASUL. (2008), 'Tratado Constitutivo da UNASUL'. Brasília, 2008, <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul/tratado-constitutivo-da-unasul>